



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 10 matérias

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 27 de fevereiro de 2013

A CRITICA Produtores fazem cobrança	1
VEICULAÇÃO LOCAL	
AMAZONAS EM TEMPO Codam analisa projetos de R\$ 225 mi para o PIM	2
VEICULAÇÃO LOCAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Governo central tem superávit recorde em janeiro, de R\$ 26 bi	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Lindbergh fala em agenda positiva ao assumir a CAE	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO Mantega anuncia corte de tarifas para conter inflação	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR ECONÔMICO São Paulo orienta bancada a barrar ICMS para comércio eletrônico	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O TEMPO Fica onde está	10
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL DA AMAZÔNIA Instituições firmam pacto pela educação para fortalecer Polo Industrial de Manaus	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
JORNAL DO NORTÃO Região Norte sonha com negócio próprio, mas falta infraestrutura	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	
CIENCIA EM PAUTA "Quero transformar o Cide em um Parque Tecnológico" diz o diretor do Centro de Incubação, José Grosso	15
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO Produtores fazem cobrança		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

A iniciativa tem o objetivo de levar para o homem do campo os conhecimentos desenvolvidos por pesquisadores dos centros de pesquisa do Estado (Divulgação)

Diante de pecuaristas, agricultores, produtores rurais do estado do **Amazonas** e autoridades, o Governador do **Amazonas** lançou, na manhã desta terça-feira (26), o Edital Pro-Rural – Programa Estratégico para Transferência de Tecnologia para o Setor Rural (Residência Agrária). A iniciativa tem o objetivo de levar para o homem do campo os conhecimentos desenvolvidos por pesquisadores dos centros de pesquisa do Estado.

De forma inovadora no Brasil, o Pro-Rural contará com investimento de R\$ 22 milhões para ser executado até 2015. O programa é fruto da parceria entre a Secretaria de Estado da **Produção** Rural (Sepror), a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do **Amazonas** (Secti-Am) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do **Amazonas** (Fapeam).

A diretora-presidenta da Fapeam, Maria Olívia Simão, destacou que a associação das três instituições na criação do programa constitui-se como um desafio e uma grande oportunidade. “É um desafio porque coloca a Fapeam e a Secti em um trabalho conjunto com os técnicos desde o início de sua formatação. Ousado porque vamos sair das unidades

experimentais, dando oportunidade ao anseio do pesquisador, que é ver a tecnologia desenvolvida por ele sendo utilizada pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais”, explicou Simão.

Para o secretário da Sepror, Eron Bezerra, o lançamento deste edital da assistência tecnológica vem resolver um gargalo existente na **produção** com a separação que historicamente existe entre a academia e o setor público. “De um lado você tem a academia produzindo conhecimento e de outro, trabalhadores ansiosos por esse conhecimento e no meio do caminho um grande vazio. Essa medida visa encurtar esse caminho”, disse o secretário.

Odenildo Sena, titular da SECTI-AM destacou o **importante** papel da Fapeam como órgão financiador do Programa, uma vez que concederá bolsas de incentivo à pesquisa para os coordenadores de projetos e para os técnicos recém-formados em nível superior e médio, que atuarão como agentes de transferência de tecnologia nos 62 municípios do Estado.

	VEÍCULO AMAZONAS EM TEMPO	EDITORIA	
	TÍTULO Codam analisa projetos de R\$ 225 mi para o PIM		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

O maior investimento a ser analisado na reunião do Codam é o da Unicoba – foto: divulgação

Investimentos de R\$ 225 milhões que devem gerar 916 novos empregos no Polo Industrial de **Manaus (PIM)**, nos próximos três anos, serão avaliados, nesta quarta-feira (27), na primeira reunião do Conselho de **Desenvolvimento** do Estado do **Amazonas** (Codam) em 2013.

Ao todo, constam na pauta 22 projetos, sendo oito de implantação, 11 de diversificação e três de atualização.

Esta tendência justifica o volume 'tímido' a ser analisado, que é quase quatro vezes menor do que o montante aprovado na primeira reunião do órgão deliberativo no ano passado, da ordem de R\$ 975 milhões.

O maior investimento a ser analisado na reunião do Codam é o da Unicoba. A empresa sul coreana pretende injetar R\$ 89,8 milhões e criar 240 novos empregos na fabricação de cinco itens, sendo os principais a câmera fotográfica digital e o receptor de TV via satélite.

Até 2016, segundo o projeto, serão produzidas 360 mil câmeras e 1,5 milhão de unidades de receptores. Lâmpadas a led, terminais de auto-atendimento bancário e máquinas de contagem de cédulas completam o projeto da fabricante.

Além de câmeras digitais e receptores de TV, condicionadores de ar do tipo split e motocicletas estão entre os destaques da pauta.

A **produção** de condicionadores de ar do tipo split será priorizada pela Philco com injeção de capital de R\$ 32,5 milhões e geração de 69 empregos. A empresa pretende produzir 220 mil aparelhos no terceiro ano após a aprovação do projeto pelo Codam.

Entre outros destaques estão previstos investimentos também na **produção** de balsa, embarcações de alumínio e de fibra de vidro e aquecedores de água.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Governo central tem superávit recorde em janeiro, de R\$ 26 bi		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Após críticas às manobras fiscais de 2012, governo economiza em um mês o equivalente a um quarto da meta para o ano

Renata Veríssimo

Adriana Fernandes / Brasília

Com a maior arrecadação da história e ainda sem um orçamento aprovado para 2013, as contas do Tesouro Nacional, Banco Central e INSS registraram em janeiro superávit primário de R\$ 26,1 bilhões, um recorde para o mês. O resultado é 25,6% maior que o de janeiro de 2012 e representa um quarto do que o governo espera economizar este ano para pagar juros da dívida brasileira.

O resultado é uma estratégia do governo para indicar ao mercado que segue preocupado com a solidez fiscal, após ter feito várias manobras em dezembro para fechar as contas de 2012.

Numa estratégia de comunicação, o resultado foi antecipado pelo ministro da Fazenda, Guido Mantega, em conferência em Nova York, para destacar aos investidores estrangeiros que o **Brasil** tem política fiscal sólida. Meia hora depois, os dados foram divulgados em Brasília.

O secretário do Tesouro, Arno Augustin, ressaltou que o superávit é prova inequívoca da solidez e do compromisso com a responsabilidade fiscal. Ele classificou o resultado de "auspicioso, significativo e expressivo" e disse que espera boa reação do **mercado**. "Tende a auxiliar na compreensão do **mercado** da solidez da nossa política fiscal", disse.

"Estamos bem satisfeitos com o resultado, compreendendo que cada mês tem sua especificidade em termos de valor do primário. Janeiro é tradicionalmente forte, mas o resultado desse ano é bem maior do que no ano passado e, portanto, anima", disse Augustin.

Além de recorde para o mês, foi o segundo melhor superávit de toda a série do Tesouro, iniciada em 1997. O maior foi em dezembro, inflado pelo ingresso de R\$ 12,4 bilhões de recursos que estavam depositados no Fundo Soberano do **Brasil** (FSB).

"O primário do mês passado evita uma piora nos indicadores fiscais que, na ausência de novas e grandes surpresas de receitas, deverão reassumir trajetória de queda nos próximos meses", disse o economista-chefe da corretora Tullett Prebon, Fernando Montero.

Ao contrário de anos anteriores, Augustin não se comprometeu com uma estratégia de política fiscal que busca o cumprimento da meta cheia de superávit das contas públicas. Disse que era preciso esperar a aprovação, pelo Congresso, do Orçamento de 2013 e a definição do decreto de programação orçamentária. O governo vai mudar a política fiscal para incluir a possibilidade de abatimento da meta de até R\$ 20 bilhões de renúncia com novas desonerações tributárias. Outros R\$ 45 bilhões de investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) podem ser descontados da meta.

Receitas. O superávit primário de janeiro foi conquistado com forte aumento das receitas e limitação nos gastos com custeio, já que o governo só pode gastar, por mês, um doze avos do previsto para 2013 até que a lei orçamentária seja aprovada.

Augustin disse ainda ser cedo para afirmar que a recuperação da arrecadação é uma tendência para o ano. "A reativação da economia está em curso e a arrecadação é um indicador. Mas é preciso analisar com cuidado e não dizer em um mês que é tendência. No caso das receitas, tem muita sazonalidade."

Os investimentos também começaram o ano com fôlego. Somaram R\$ 9,6 bilhões, 24,7% mais que há um ano. Os gastos com obras do **PAC** foram de R\$ 5,7 bilhões, alta de 73,4%. A disparada dos investimentos já era esperada, pois o governo adiou para janeiro parte dos pagamentos de dezembro para ajudar no cumprimento da meta de 2012.

Governo endurece regras de sindicatos

Depois de suspender 940 organizações, governo vai dificultar o registro de sindicatos de fachada, criados para obter verbas federais

João Villaverde / Brasília

Na tentativa de acabar com a proliferação de sindicatos de fachada no País, o governo federal anunciou ontem novas regras para o registro dessas entidades. Aumentar o rigor das normas, consideradas muito flexíveis e antigas pelo Palácio do Planalto, foi a primeira missão dada pela presidente Dilma Rousseff ao ministro do Trabalho, Brizola Neto, no cargo há dez meses.

A partir de agora, para obter o registro que permite à estrutura sindical ganhar uma parcela do bilionário imposto sindical, os trabalhadores terão de realizar pelo menos duas assembleias da categoria, registrar a ata do evento em cartório e remeter ao Ministério do Trabalho, com a identificação dos dirigentes.

Ao mesmo tempo, o governo vai cruzar essas informações com os demais 14 mil sindicatos que já existem, para checar se não há sobreposição.

Em casos de desmembramentos, quando parte da base sindical deseja rachar com sua entidade e criar outra, será exigida assembleia de ratificação, para que os trabalhadores definam qual sindicato responde por eles.

Há dois meses, o governo suspendeu o registro de 940 sindicatos, que até o ano passado estavam habilitados a receber o imposto sindical, por estarem com problemas na documentação. Desses, pouco mais de 100 já regularizaram sua situação.

Abusos. O objetivo do governo com as novas regras é evitar casos onde há abusos flagrantes, como o dos trabalhadores de telemarketing em São Paulo (SP), que durante anos tinham dois sindicatos - o Sintetel, filiado à Força Sindical, e o Sintratel, ligado à CTB. O problema só foi resolvido na Justiça, há dois anos. Mas os técnicos do **Ministério** do Trabalho admitem que existem centenas de casos iguais.

Às centrais interessadas em aumentar a parcela do imposto sindical repassada pelo governo. A lógica funciona para confederações, federações e para os sindicatos. Quanto maior for a base representada e o número de associados, maior é a fatia do bolo de dinheiro que o governo repassa. Ao todo, cerca de R\$ 2 bilhões são divididos pelo governo com sindicatos, federações, confederações e centrais anualmente.

"Percebemos que havia uma falta de controle na liberação dos sindicatos aqui no ministério, e agora isso será organizado", garantiu o ministro do Trabalho, Brizola Neto. "Tínhamos 40 federações sindicais que não seguiam as regras, ou seja, que não tinham no mínimo 5 sindicatos filiados, e mesmo assim elas estavam liberadas, recebendo imposto sindical", disse.

Fila. Segundo Brizola, além de 2,3 mil pedidos de registro para os quais há fila, outros 1,8 mil estavam espalhados por outras áreas do **Ministério**. Entre abril de 2007 e dezembro de 2011, o ministro do Trabalho era Carlos Lupi, presidente nacional do PDT, partido de Brizola Neto. Os dois são rivais políticos. Lupi caiu após denúncias de corrupção.

"Queremos aumentar a rigidez sobre a liberação dos registros, mas também fazer isso de forma cronológica, isto é, de acordo com a ordem que o pedido chega no **Ministério**", disse Brizola Neto.

Ele também quer acelerar o prazo de análise dos registros que estiverem em ordem. O assunto foi levado por Brizola Neto à presidente Dilma no mês passado. A ideia é reduzir, até junho de 2014, o prazo médio de registro de três anos para três meses.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Lindbergh fala em agenda positiva ao assumir a CAE		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Raquel Uihôa | De Brasília

Pré-candidato do PT ao governo do Rio de Janeiro, o senador Lindbergh Farias assumiu ontem a presidência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, anunciando a votação, até o fim de março, da resolução que unifica as alíquotas de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em operações interestaduais.

Segundo ele, o **Governo Federal** está "aberto a ajustes" no texto, cujo objetivo é acabar com a guerra fiscal. Ele não disse quais pontos estão sujeitos a mudanças, mas os principais alvos de críticas de Estados mais desenvolvidos, como São Paulo, são: o prazo de 12 anos para a unificação total, considerado longo (preferiam a proposta original do governo, de oito anos), e as exceções previstas, para os casos da **Zona Franca** de **Manaus** e dos locais onde há operações com gás natural.

"Há espaço sim para modificações, para ajustes", disse. Lindbergh designou o senador Delcídio Amaral (PT-MS), a quem sucedeu na presidência da CAE, relator do projeto de resolução. Lindbergh prevê que aprovação no plenário ocorra até 15 de abril. Ele pretende realizar novas audiências públicas, encerrando com a presença do ministro Guido Mantega.

A pressa se justifica pelo fato de já estar tramitando na comissão especial mista a medida provisória que dispõe dos fundos de compensação aos entes da federação que tiverem perdas com o fim da guerra fiscal. O auxílio financeiro está condicionado à aprovação da resolução, cujo teor foi reproduzido no texto da MP pelo governo. O relator da MP é o senador petista Walter Pinheiro (BA).

O senador listou, como prioridades imediatas da CAE, as questões relativas às relações federativas, como a mudança no critério de rateio do Fundo de Participação dos Estados (FPE). Com relação a outro projeto relativo ao pacto federativo, tramitando na Câmara dos Deputados, que muda

o indexador das dívidas dos Estados e municípios com a União, será acompanhado por um senador a ser designado.

Presidente da CAE no biênio 2013-2014, Lindbergh terá como vice-presidente Sérgio Souza (PMDB-PR), suplente de Gleisi Hoffmann, afastada do mandato para desempenhar a função de ministra chefe da Casa Civil.

Lindbergh assumiu compromisso de buscar entendimentos entre Estados, **Governo Federal** e senadores em torno de uma repactuação federativa. É o que ele chama de "a boa política", para evitar que essas questões sejam tratadas de forma "passional" e ameacem esgarçar a federação, como ocorreu com a discussão em torno da receita (royalties e participações especiais) do petróleo.

No caso do FPE, o senador pretende sugerir tramitação conjunta da proposta de Walter Pinheiro entre CAE e comissões de **Desenvolvimento Regional** (CDR) e de Constituição e Justiça (CCJ), para dar agilidade e permitir a votação no plenário em 19 de março, data marcada pelo presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL).

Ainda no primeiro semestre, Lindbergh pretende apresentar um conjunto de propostas microeconômicas para a CAE começar a discutir, com o objetivo de estimular, desburocratizar e a aumentar a segurança jurídica dos investimentos.

O petista já está colhendo sugestões com representantes do setor produtivo para o que chama de "agenda competitiva" e em sintonia com o presidente do Senado, que manifestou o mesmo propósito ao ser eleito para o mandato. "A gente vai criar uma agenda positiva para o Senado e o Congresso, o mais consensual possível."

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Mantega anuncia corte de tarifas para conter inflação		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Os produtos industriais que tiveram alíquotas de **importação** elevadas no ano passado e depois registraram reajustes de preços exagerados terão as tarifas reduzidas pelo governo. "Estou avisando. Nós estamos **monitorando** e algumas tarifas nós já vamos baixar. Tem gente que está abusando", disse ontem o ministro da Fazenda, Guido Mantega, em entrevista ao Valor PRO. O ministro participou de evento em Nova York sobre infraestrutura, organizado pelo Valor.

No ano passado, o governo elevou as tarifas de **importação** de mais de cem produtos de setores que sofriam com a entrada de bens de vários países a "preços absurdamente baixos", segundo Mantega. Agora, a ideia é baixar as alíquotas para alguns deles, mas o ministro não citou especificamente nenhum. Ele disse que há casos em que a alta de preços pode ser justificada por movimento internacional das cotações.

Governo **monitora** preços e pode baixar tarifas de **importação**

Por Vera Brandimarte, Sergio Lamucci e Daniel Rittner | De Nova York

Guido Mantega, ministro da Fazenda: mecanismo para infraestrutura semelhante ao que existe para a agricultura

O governo vai reduzir tarifas de **importação** de produtos industriais que tiveram as suas alíquotas elevadas no ano passado, mas, a partir daí, registraram reajustes de preços exagerados. "Eu estou avisando. Nós estamos **monitorando** e algumas tarifas nós já vamos baixar. Tem gente que está abusando", afirmou ontem o ministro da Fazenda, Guido Mantega, em entrevista exclusiva ao Valor PRO, serviço de informação em tempo real do Valor. O ministro participou de evento sobre infraestrutura, organizado pelo Valor e pelo governo brasileiro em Nova York.

No ano passado, o governo elevou as tarifas de **importação** para um grupo de mais de cem produtos em setores que sofriam com a entrada de bens de vários países a "preços absurdamente baixos", segundo o ministro. Agora, a ideia é baixar alíquotas para alguns deles, porque há segmentos em que os aumentos são injustificáveis. Segundo

Mantega, há casos em que a alta de preços pode ser justificada por algum movimento internacional das cotações, por exemplo. Ele não adiantou, porém, quais produtos deverão ser atingidos pela queda das tarifas de **importação**.

O ministro disse ainda que a preocupação do governo com a inflação é permanente e não há relaxamento em relação ao comportamento dos preços. Mantega ressaltou, porém, que os últimos índices de preços mostram um quadro menos pressionado, ao mesmo tempo em que há uma retomada da atividade em curso.

Mantega fez a palestra de abertura do Fórum Brasileiro de Infraestrutura 2013, em Nova York, o primeiro "road show" do governo no exterior para atrair investidores para o programa de concessões de infraestrutura. O evento se repetirá na sexta-feira em Londres. A seguir, os principais trechos da entrevista.

Valor: Como será a entrada dos bancos privados no financiamento de infraestrutura, com condições iguais às dos bancos públicos? Haverá alguma equalização de taxa por parte do Tesouro?

Guido Mantega: Haverá algo semelhante ao que existe para agricultura. O Plano Safra é um volume de financiamento de que o governo dispõe e vai diretamente para os bancos privados. Há alguma equalização, sim. O primeiro passo nessa direção foi liberar R\$ 15 bilhões da parcela não remunerada dos compulsórios dos bancos privados. Esse é o dinheiro dos próprios bancos e pode ter uma remuneração se for aplicado para financiar a infraestrutura. E também devemos usar outros fundings do Tesouro. Na prática, em vez de passar para o **BNDES** uma determinada quantia, o governo passa menos e disponibiliza esses recursos diretamente ao setor privado.

Valor: Isso significa não passar só o valor da equalização de taxa, mas passar o volume do crédito?

Mantega: Sim, é passar o crédito. Se precisar, porque o banco privado pode pegar dinheiro no exterior, criar um fundo de investimento, se associar a um banco público. Qual é o grande problema? Ter um funding barato. Nós ainda não conseguimos chegar às taxas de juros que viabilizem financiamento de longo prazo espontaneamente. Vamos

chegar lá, mas por enquanto a TJLP é a menor taxa. Nós vamos fornecer a essa taxa, que viabiliza aos bancos privados fazer empréstimos. O problema dos bancos privados é que, se forem captar no mercado, vão pagar 7% a 8%, o que inviabiliza. E há o problema do prazo.

Valor: Legalmente, precisa criar algum instrumento?

Mantega: Precisa, mas isso está sendo estudado e discutido com os bancos. O que nos interessa é um instrumento que os bancos vão usar. Ainda está em estudo qual será o mecanismo. Nós criamos um grupo que está se reunindo e está discutindo. Na próxima semana eu terei uma reunião para resolver.

Valor: Um dos instrumentos que estavam sendo discutidos é a criação do fundo para dar liquidez para o mercado de debêntures.

Mantega: Essa é uma tarefa do BNDES, que ficou de criar esse fundo de liquidez. Uma outra coisa que será importante para isso é a Agência Brasileira de Garantias, que já foi aprovada, está sendo regulamentada e em breve estará funcionando. Se há um sistema de garantia, aí baixam os custos financeiros, todo mundo fica mais seguro. Ela já foi discutida, tem uma lei, já foi aprovada. Ela precisa se tornar operacional.

Valor: O Brasil está preso num equilíbrio ruim de baixo crescimento e alta inflação?

Mantega: Não, isso é absolutamente transitório. Nós tivemos um 2012 que foi um ano fraco no mundo, que cresceu pouco no ano passado. Alguns países vão ter uma recuperação em 2013 nos próximos anos e o Brasil está entre eles. Esse cenário é meramente pontual, passageiro. O crescimento está em aceleração desde o segundo semestre do ano passado e a inflação está em desaceleração. Eles caminham em direções opostas. Se você olhar os números mais recentes de inflação, todos eles mostram que a inflação está indo para baixo. E há um aquecimento em curso da economia.

Valor: O sr. e o presidente do BC, Alexandre Tombini, têm dado mais ênfase à questão do controle da inflação. O Ministério da Fazenda está mais preocupado com a inflação do que com o crescimento?

Mantega: A inflação é uma preocupação permanente no Brasil. Quando digo preocupação é sempre no sentido de mantê-la sob controle. Se a inflação foge do controle, ela atrapalha tudo no Brasil. Atrapalha o consumidor, atrapalha o investidor. O controle da inflação é uma das condições básicas para a economia crescer. Sem um quadro fiscal sólido e a

inflação sob controle, não se vai a lugar nenhum. Mas a inflação tem se comportado melhor do que no passado. O BC tem que continuar persistindo, mas em alguns momentos fica difícil cumprir o centro da meta, por causa do choque de commodities, das pressões que vem de fora.

Valor: A inflação de serviços não é uma preocupação? Ela tem rodado acima de 8% em 12 meses.

Mantega: A inflação de serviços costuma ser mais alta em todos os países porque é um setor "nontradable", que tem menos competição. Como no Brasil temos um emprego elevado, uma massa salarial forte, uma classe média grande, fica difícil reduzir. Não que seja impossível, porque com o tempo você vai ofertando mais serviços e os preços ficam menos pressionados. A inflação de serviços já foi pior, chegou a 10%, agora está na casa de 8%. Mas isso é o que nós temos menos condições de fazer, a menos que você esteja sugerindo um arrocho salarial para baixar. Isso aí não está nos planos. A questão é que isso faz parte do progresso, foi assim nos outros países. O que nós podemos interferir é nos preços dos produtos industrializados.

Valor: Como se pode fazer isso?

Mantega: No ano passado, nós elevamos algumas tarifas de importação porque nós estávamos sofrendo uma forte investida de vários países. Agora, nós monitoramos esses preços e se houver algum exagero, nós temos esse instrumento. Nós vamos baixar a tarifa de importação. Quando eu anunciei a medida eu avisei que nós estávamos baixando porque havia produtos entrando no país a preços absurdamente baixos.

Valor: São aqueles cerca de cem produtos que tiveram a tarifa de importação elevada em 2011?

Mantega: Exatamente. Estou avisando que nós estamos monitorando e que algumas tarifas nós vamos baixar. Tem gente que está abusando. Nos próximos dias, faremos algum ajuste necessário.

Valor: Em quais produtos?

Mantega: Isso eu ainda não posso dizer, mesmo porque está em estudo. Às vezes parece que o preço subiu, mas quando se faz uma verificação melhor há uma justificativa para a alta, ou então subiu porque houve um aumento no âmbito internacional. A ideia é ver se houve um aumento que não se justifique.

Valor: E a desvalorização do câmbio do ano passado, não está produzindo agora um efeito maior sobre os preços industrializados?

Mantega: O câmbio de 2012 teve efeito no passado e tem agora. Também é uma pressão inflacionária de uma vez por todas. Se você estabiliza o câmbio, que foi o que nós fizemos, o câmbio está mais ou menos estabilizado, aí ele não causará mais essa pressão. Quando há uma desvalorização

do câmbio, você gera uma inflação. Nós tivemos algo como 0,5 a 0,6 ponto percentual originada pelo câmbio. Uma parte da inflação no ano passado e uma parte da deste ano foi originada pelo câmbio que se desvalorizou. À medida que ele fique estável, ele não vai mais gerar pressões inflacionárias.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO São Paulo orienta bancada a barrar <u>ICMS</u> para <u>comércio</u> eletrônico		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Por Leandra Peres | De Brasília

A bancada paulista trabalha desde novembro do ano passado para evitar que a emenda constitucional que autoriza a cobrança de ICMS sobre comércio eletrônico vá adiante. O projeto, já aprovado no Senado, entrou na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em agosto passado. O relator, deputado Márcio Macêdo (PT-SE), apresentou parecer em outubro.

Desde então, os deputados paulistas já pediram vistas e, em duas sessões onde haveria votação do relatório, apresentaram requerimento para adiar - manobra que encerrou as sessões por falta de quórum.

Em dezembro, o deputado Alexandre Leite (DEM-SP) apresentou recurso à Mesa Diretora da Câmara contestando decisão do presidente da CCJ numa questão de ordem. A palavra final ao recurso ainda não foi dada e a PEC continua parada.

"Estamos segurando isso porque queremos discutir o conjunto das medidas federativas", diz o deputado Vaz de Lima (PSDB-SP) coordenador informal da bancada de São Paulo. "Vamos tentar resistir o máximo possível e pelo que percebo esse é um esforço independente de partidos".

A PEC do comércio eletrônico, como o projeto ficou conhecido, pode custar R\$ 2 bilhões a São Paulo, se mantida a proposta do Senado.

O governador Geraldo Alckmin (PSDB), em reunião com a bancada na semana passada, pediu que a mudança no ICMS das operações on line seja atrelada aos outros projetos que o governo enviou ao Congresso alterando o imposto estadual.

O relator da proposta evita confronto direto e reconhece que será preciso negociar. "Alterações de natureza tributária causam diferentes impactos nas contas dos Estados e precisaremos lidar com essa questão de forma madura. Tenho confiança que chegaremos a um denominador comum", afirma Macêdo.

A proposta do Senado divide o ICMS entre os Estados de origem e de destino das compras pela internet quando o comprador for consumidor final e não uma empresa. Hoje, o Estado de onde sai a mercadoria fica com a totalidade do ICMS devido.

Macêdo propôs mudanças ao projeto dos senadores para, segundo ele, satisfazer demanda dos secretários de Fazenda estaduais.

A ideia é que o Estado onde o consumidor mora, ou seja, o destinatário, fique com o imposto relativo à diferença entre as alíquotas interna e interestadual do ICMS. Na proposta que veio do Senado, isso só ocorria se o consumidor fosse uma empresa. Se fosse uma pessoa física, a alíquota de referência seria a do Estado de origem da operação.

O crescimento nas vendas por meio eletrônico explicam a disputa pela arrecadação do ICMS. Em 2001, o comércio on line faturava R\$ 540 milhões. No ano passado, essa cifra subiu para R\$ 18,7 bilhões.

	VEÍCULO O TEMPO	EDITORIA	
	TÍTULO Fica onde está		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Fernando Pimentel não deverá mudar de **Ministério**. O Planalto decidiu mantê-lo na pasta do **Desenvolvimento** após avaliar o custo político da transferência, que exigiria muito trabalho para desalojar outro ministro e poderia ser vista como ação eleitoreira, gerando desgaste para o governo. Por outro lado, os benefícios da mudança seriam limitados, pois **PIM**entel não teria tempo hábil para fazer grandes coisas na nova pasta, já que deixará o governo em abril de 2014 para disputar o governo de Minas.

	VEÍCULO PORTAL DA AMAZÔNIA	EDITORIA	
	TÍTULO Instituições firmam pacto pela educação para fortificar Polo Industrial de Manaus		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Preocupação com o futuro da Zona Franca de Manaus reúne indústria, lideranças e setor de educação em busca de qualificação

MANAUS – O pacto pela educação para o **desenvolvimento** da liderança sustentável no **Amazonas** foi assinado por representantes de instituições do setor produtivo, poder público, universidades, instâncias gestoras do trabalho e emprego e autoridades. O objetivo é despertar a preocupação com **desenvolvimento** e formação do capital intelectual no Estado. A solenidade aconteceu na manhã desta terça-feira (26), na sede da **Superintendência** da **Zona Franca de Manaus (Suframa)**.

Quinze instituições firmaram o acordo: **Suframa**, ABRH, **Fieam**, Cieam, Cetam, Ifam, **CT-PIM**, **CBA**, Semed, **Fucapi**, Fundação Nokia, Fundação Paulo Feitosa, Faculdade Marta Falcão, Ulbra e Uninorte-Laureate.

A medida partiu da iniciativa da Associação Brasileira de Recursos Humanos) seccional no **Amazonas** (ABRH-AM). Tal preocupação, também está prevista e incentivada pelo Modelo **Zona Franca de Manaus (ZFM)**, regulamentado no decreto-lei n. 288, de 28 de fevereiro de 1967, ao completar 46 anos, na próxima quinta-feira (28).

Leia também:

Empresas articulam investimentos no Polo Industrial de Manaus durante Rio+20

Déficit de setores faz faturamento em dólar do Polo Industrial de Manaus recuar

Segundo a presidente da seccional da ABRH no **Amazonas**, Ozeneide Nogueira o momento é um marco histórico. “Todos estão em busca de soluções efetivas para o **desenvolvimento** profissional”, afirma.

Para o vice-presidente da ABRH Nacional, Paulo César Medeiros a importância do pacto demanda da sustentabilidade da autarquia. “Eu vejo a **Suframa** com uma capacidade enorme de capilarizar e ser um parceiro,

um partícipe **importante** dessa proposta hoje consolidada”, frisou.

A **Superintendência** da **Zona Franca de Manaus (Suframa)** é uma das instituições mais **importantes** para o **desenvolvimento** do **Amazonas** na opinião da diretora **regional** da ABRH Nacional, Elaine Medeiros. “Esse trabalho que foi firmado hoje, com certeza, é um dos primeiros passos de grandes realizações na área de educação”, disse.

O Pacto pela educação para o **desenvolvimento** da liderança sustentável no **Amazonas** terá caráter permanente e será instrumento de sinergia entre as instituições que atuam no Estado. E ainda prevê trabalhar com projetos e programas ligados fundamentalmente à educação, qualificação pessoal e profissional e geração de emprego e renda. Questões tratadas pelo acordo como fundamentais à continuidade e sustentabilidade da economia amazonense e, em especial, do Polo Industrial de **Manaus (PIM)**.

Criar os fundamentos para alavancar a formação de recursos humanos estabelecidos exatamente para atender as necessidades da sociedade amazonense, com ênfase no **PIM** e no agronegócio, segundo o diretor geral do **CT-PIM** (Centro de Ciência e Tecnologia e Inovação do Polo Industrial de **Manaus**), Admilton Pinheiro Salazar. “Nossas necessidades prementes que se cria cada vez um hiato maior entre o que nós (amazonenses) precisamos e o que nós temos. Essa lacuna que deve ser preenchida e o pacto é uma iniciativa nesse sentido”, esclareceu. Conseguir promover encontro de pessoas e instituições que possam ajudar a transformar esse pacto em realidade.

Indústria, **Comércio** e Serviços, **Produção** Rural e Instituições de Ensino formam os quatro comitês setoriais com a premissa de conduzir as ações estratégicas do pacto, de acordo com o **Superintendente** da **Suframa**, Thomaz Nogueira. Ele afirma que o capital humano será a fonte do **desenvolvimento** econômico através da convergência de

ações governamentais, empresariais, acadêmicas, científicas e tecnológicas.

“Firmamos um compromisso público de desenvolver iniciativas coordenadas e coletivas que contribuam para o **desenvolvimento** sustentável da sociedade amazonense,

com foco na educação e no capital intelectual”, garante Nogueira.

	VEÍCULO JORNAL DO NORTÃO	EDITORIA	
	TÍTULO Região Norte sonha com negócio próprio, mas falta infraestrutura		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Conheida pela diversidade natural, a região Norte do país começa a demonstrar seu potencial para os negócios. De acordo com dados da GEM 2012 (Global Entrepreneurship Monitor), a região é a dona da maior taxa de empreendedorismo do país. Mas a falta de infraestrutura e a distância dos grandes centros comerciais ainda são barreiras para os empreendedores.

Segundo a pesquisa, 34,2% da população adulta do Norte está envolvida na criação ou na administração de um negócio. É a maior taxa do Brasil, cujo índice médio é de 30,2%. A região também é a que mais sonha com o negócio próprio: 54,3% dos habitantes entre 18 e 64 anos do Norte desejam empreender. A média nacional é de 43,5%.

Segundo o diretor-técnico do Sebrae Nacional, Carlos Alberto dos Santos, o aumento da renda da população local – e no **Brasil** como um todo – e a migração das classes D e E para a nova classe média fizeram aumentar a demanda na região, principalmente no **comércio** e na prestação de serviços.

Lojas de cosméticos, vestuário, acessórios pessoais, restaurantes e cabeleireiros foram as atividades que mais cresceram em 2012 na região. "As oportunidades, em geral, estão associadas à melhoria da renda do brasileiro e ao atendimento das necessidades básicas da população", afirma.

O jovem empresário Diego Passoni, 28, enxergou essa oportunidade. Ele saiu de Florianópolis (SC) para abrir um restaurante em Palmas (TO). Segundo o empreendedor, o custo inicial reduzido para o negócio e a baixa concorrência na cidade foram cruciais para ele deixar as praias catarinenses.

Incentivos fiscais na chamada **Zona Franca de Manaus** e linhas de crédito do Banco da **Amazônia** ajudam na criação de negócios.

No entanto, dados do próprio Sebrae apontam para um problema. O Norte possui a maior taxa de mortalidade de empresas do país. Na região, 34% das empresas fecham as portas antes de completar dois anos de vida. O índice nacional é de 27%. No Sudeste, onde a taxa de mortalidade

é a menor do país, 23,6% dos negócios não completam o segundo ano no **mercado**.

Números da região Norte

54,3%

da população entre 18 e 64 anos sonha em ter o próprio negócio

34,2%

da população adulta está envolvida na criação ou na administração de um negócio

34%

das empresas fecham as portas antes de completar dois anos no **mercado**

GEM 2012 (Global **Monitor** Entrepreneurship) e Sebrae Nacional

"É preciso ampliar e aperfeiçoar a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (Simples Nacional) nos municípios, assim como promover maior acesso dos empresários à infraestrutura física e de serviços", declara o diretor-técnico do Sebrae.

Falta de infraestrutura encarece logística das empresas

O isolamento de algumas cidades da região Norte prejudica a logística das empresas. A distância em relação a grandes centros comerciais, como São Paulo (SP) e Rio de Janeiro (RJ), encarece o transporte de cargas, que seguem por estradas em mau estado de conservação. Algumas delas sequer têm asfalto.

Para o professor doutor do departamento de economia e análises da Ufam (Universidade Federal do **Amazonas**) José Alberto Machado, a falta de infraestrutura afugenta muitos clientes das empresas no Norte.

"Cria-se uma incerteza de que o pedido será entregue na data combinada. Se o empresário não atende o cliente com preço e tempo adequados, há outros em outras regiões que o atendem", diz.

Sinergia entre instituições de apoio na região precisa ser maior

Outra barreira para o empreendedorismo na região, segundo o professor da Ufam, é a pouca sinergia entre instituições de fomento, universidades e o próprio Sebrae.

Para ele, as ações por parte desses órgãos até contribuí para abertura de alguns negócios, mas falta um espaço onde seja possível juntar quem tem uma ideia com quem pode financiá-la.

"Deveria haver uma fase em que a pessoa fosse convidada a fazer experimentos no comando de negócios sem grande preocupação, num primeiro momento, com o êxito. É uma cultura que deveria sair das universidades", afirma.

Empresas na Zona Franca pagam menos impostos

Em meio às dificuldades, no entanto, há uma área bastante atrativa para empreendedores, principalmente da indústria: a Zona Franca de Manaus. Nos 10 mil quilômetros quadrados de área total, empresas de todos os portes e segmentos podem se instalar.

A exceção é para empresas produtoras de armas, munições, perfumes, fumo, bebidas alcoólicas e automóveis de passeio, que não recebem incentivos fiscais.

INCENTIVO

"A Zona Franca [de Manaus] é responsável por três quartos do PIB dos estados da Amazônia Ocidental. Sem ela, esta parte do país seria um grande vazio econômico"

José Alberto Machado, professor doutor do departamento de economia e análises da Ufam (Universidade Federal do Amazonas)

Entre os benefícios concedidos para os empreendedores da Zona Franca de Manaus estão: redução de impostos de importação e de renda (IR) e isenção de IPI (Impostos sobre

Produto Industrializado) e IPTU (Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana).

"A Zona Franca é responsável por três quartos do PIB (Produto Interno Bruto) dos estados da Amazônia Ocidental [Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima]. Sem ela, esta parte do país seria um grande vazio econômico", afirma o professor.

Banco tem linhas de crédito especiais para empreendedores

Outro incentivo para a abertura de empresas vem do Banco da Amazônia. A instituição possui linhas créditos específicas com juros reduzidos para micro e pequenos negócios e empreendedores individuais.

Segundo a coordenadora de planejamento e controle comercial da pessoa jurídica do Banco da Amazônia, Líbia Mauler, a maior parte dos empresários atendidos são donos de comércios ligados ao turismo e cultura, açougues, salões de cabeleireiros e mototaxistas.

Mauler diz que ainda falta a eles conhecimento na parte gerencial do negócio, controle de estoque e finanças. Por isso, quem dominar o operacional e o gerencial já tem um diferencial no mercado.

"Nossa região oferece muitas oportunidades de negócios. É um mercado com margem de expansão e pode absorver muitas novas empresas", declara.

	VEÍCULO CIENCIA EM PAUTA	EDITORIA	
	TÍTULO “Quero transformar o Cide em um Parque Tecnológico” diz o diretor do Centro de Incubação, José Grosso		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

CIÊNCIAEMPAUTA, por Laize Minelli

Considerado um estratégico meio de alavancar os micro e pequenos negócios, as incubadoras de empresas tem se destacado no cenário brasileiro, pois possibilitam abrir a “porta” do sucesso aos empreendedores. A utilização das incubadoras como um lugar seguro para se construir um negócio com satisfatórios resultados como reconhecimento em premiações e participação no mercado internacional tem despertado interesse em muitos jovens amazonenses e aumentado a procura pelo serviço oferecido pelo centro de incubadoras local.

No Amazonas, prestes a completar um ano na direção do Centro de Incubação de Empresas (Cide), no próximo dia 15 de março, o Diretor-Executivo José Cunha Grosso recebeu o CIÊNCIAemPAUTA e falou sobre os planos pra o Cide e sua atuação.

Grosso é economista e concursado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), órgão no qual trabalhou por 10 anos a frente da Diretoria de Orçamento e Programação Financeira. Também atuou na Procuradoria Geral da República do Estado do Amazonas. Possui curso de pós-graduação em planejamento econômico na Itália e já fez curso na Escola Superior de Guerra no Rio de Janeiro.

CIÊNCIAemPAUTA: Quando o senhor assumiu em 2012, quantas empresas eram vinculadas ao CIDE?

José Grosso: Eram 50 empresas, entre residentes, que são aquelas que estão aqui dentro do Cide, apresentam projetos e vem para o galpão, e as empresas associadas, aquelas que recebem os mesmos benefícios, mas ficam fora do galpão.

CIÊNCIAemPAUTA: Porque essas empresas, que são associadas estão fora do Galpão? O Cide não possui espaço para elas?

Jose Grosso: Não possui. Todavia, as associadas ocupam um espaço fora do Cide e pretendem permanecer em sua estrutura física. Elas se associam ao Cide para receber assessoria, utilizar a sala de reuniões, participar de eventos, entre outros. Além disso, elas querem se associar pelo fato de

porque somos a única incubadora filiada ao Capda da Suframa.

CIÊNCIAemPAUTA: O que faz o Comitê de Pesquisa de Atividades e Desenvolvimento (CADPA) da Suframa?

Jose Grosso: A empresa associada faz um projeto pra conseguir verba das indústrias, porque nos somos a única entidade de incubadoras que pode recolher essa verba. O Cide é credenciado ao Capda, um programa em que as empresas são obrigadas a destinar 5% de seu faturamento bruto para verba de pesquisa e desenvolvimento, isso é controlado pela Suframa. Isso é um algo a mais pelo qual os empresários procuram.

CIÊNCIAemPAUTA: Como é o processo de incubação de empresas ?

José Grosso: Elas apresentam um plano de negócios que é analisado por um conselho. Isso representa a primeira etapa. Se aprovado, a empresa tem 60 dias para se instalar no Cide. A partir do momento que ela integra o Cide, tem uma fase de interação de se ambientar. Depois vem a fase de incubação, que é quando ela tem o processo de 4 anos. Passado esse tempo, ela tem direito a mais um termo aditivo de 12 meses no qual ela precisa apresentar um ofício para argumentar o motivo que a leva a querer ficar.

CIÊNCIAemPAUTA: Como e que feita a escolha das empresas?

José Grosso: Nós não fazemos por edital, não temos necessidade porque a demanda é muito grande. Atualmente, o conselho consultivo tem uma grande quantidade de projetos de negócios. A partir do momento que uma empresa deixa o Cide, é feita uma seleção dos projetos em análise. Havendo disputa, a empresa é escolhida pelo grau de inovação do produto.

CIÊNCIAemPAUTA: Quantas empresas estão no galpão do Cide hoje?

José Grosso: Entre associadas e residentes contamos com 28.

CIÊNCIAemPAUTA: Na sua gestão, há alguma empresa que tenha saído e esteja muito bem no mercado?

José Grosso: A única empresa que saiu na minha gestão foi a Rita Prossi. A gente sabe que ela está no **mercado**, mas quando sai do Cide nos não fazemos mais acompanhamento, porque ela já está graduada, já saiu pronta pro **mercado**.

CIÊNCIAemPAUTA: Qual o suporte que o Cide oferece para as empresas?

José Grosso: Oferecemos treinamentos, hospedagem em eventos e consultoria. As empresas contribuem com uma taxa de permissão de uso do galpão subsidiada, que corresponde atualmente a R\$825.

Em relação aos cursos, somos ligados à Federação das Industrias do Estado do **Amazonas (Fieam)** e temos um convênio com o Instituto Euvaldo Lodi (Iel), que coloca esses cursos no **mercado**. os cursos são ofertados de acordo com a necessidade. Ao longo de 2012, o Cide realizou 12 cursos gratuitos para as empresas.

CIÊNCIAemPAUTA: Qual a dificuldade de gerir o Cide?

José Grosso: O grande gargalo é o espaço físico, que já está pequeno para atender as demanda das empresas, das pessoas que querem ser empreendedoras. Então, nosso grande desafio é tentar, nessa área de 12 mil metros quadrados, dos quais de 9 mil já estão ocupados. Temos uma área ainda e vamos tentar ao longo de 2013 fazer um projeto para aumentar o espaço.

CIÊNCIAemPAUTA: Em 2012, a Pentop do Brasil e a Tap4Mobile ganharam o prêmio Finep nas categorias de Tecnologia assistiva e Microindustrial do ano, respectivamente. O que isso representa para o Cide?

José Grosso: É **importante** em termos de divulgação. Já tivemos várias outras empresas que ganharam e isso representa muito, pois confere credibilidade à administração e à incubadora, por isso que somos muito procurados.

CIÊNCIAemPAUTA: Qual o balanço que o senhor faz dos 13 anos de existência do Cide?

José Grosso: Conseguimos melhorar as condições físicas e de estrutura. O Cide era um prédio da **Suframa** adaptado. Antes eram dois módulos e atualmente são 18. Houve um crescimento muito grande da procura de empreendedores. Antigamente, o candidato a empreendedor era meio acanhado, ficava em casa com um pequeno negócio. A partir

do momento que foi criado uma incubadora, isso alcançou um rendimento muito grande. A partir do momento que o negócio faz parte da incubação de empresas, é iniciado um processo de criação de mão de obra, absorvendo mais profissionais e isso faz o **mercado** crescer.

CIÊNCIAemPAUTA: Qual o perfil do tipo de empreendedor que procura o Cide?

José Grosso: São na maioria jovens, entre 25 e 30 anos de idade, atuando principalmente na área de software e hardware. São engenheiros e trabalhadores do distrito que até mesmo por um processo de demissão vieram procurar novas alternativas. A maioria dessas empresas que vem são familiares.

CIÊNCIAemPAUTA: Nessa semana que passou, os diretores do Polo de Navacchio, da Itália, estiveram presentes para visitar as incubadoras do Amazonas, o que isso contribui?

José Grosso: É um passo **importante**. Essa etapa é mais uma de um projeto que começou em 2010 quando foi assinado um termo de interação. Agora, eles vieram para consolidar um projeto. Quando estiveram em 2010, eles ajudaram a ver o que podia ser alavancado. E na época nosso pessoal era deficitário. Hoje temos uma equipe de trabalho bem maior. Esse pessoal de Navacchio veio saber os resultados e se reunir com as empresas incubadas. Já tivemos duas reuniões aqui no Cide. Numa delas estavam 12 empresas que se interessaram em participar da reuniões e daqui alguns meses futuramente faremos acordos para levar empresas que estejam interessadas em ir para a Itália conhecer as tecnologias de lá e fazer esse intercâmbio.

CIÊNCIAemPAUTA: Quais são suas expectativas para o Cide?

José Grosso: Eu espero realmente criar aqui dentro do Cide um parque tecnológico. para isso, precisamos obter recursos e trabalhar para transformar a incubadora em um parque tecnológico que ainda não temos aqui em **Manaus**.

CIÊNCIAemPAUTA, por Laize Minelli